

# Luis Eduardo é contra mudança no regimento

SÃO PAULO — O Governo traçou anteontem à noite, numa reunião entre Fernando Henrique, Marco Maciel, Nelson Jobim e os líderes dos partidos governistas, sua estratégia para a aprovação das reformas na Ordem Econômica. O objetivo é obter a votação das cinco emendas encaminhadas ao Congresso em, no máximo, um mês. Para tanto, o caminho será a modificação do regimento do Congresso.

Em Brasília, porém, o presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), disse que não apoiará qualquer mudança no regimento interno da casa com o objetivo de acelerar a tramitação das emendas propostas pelo Governo. A posição de Luis Eduardo deve sepultar a idéia de Temer, que até ontem era considerada a ideal pelos líderes do PSDB, José Aníbal (SP), e do Governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS).

— A Mesa não tomará a iniciativa de modificar os prazos estabelecidos no regimento interno — disse Luis Eduardo.

Hoje cada proposta tem 40 sessões ordinárias como prazo máximo de tramitação, o que, descontados os fins de semana, consome 48 dias. A intenção dos aliados do Governo, acolhendo proposta apresentada pelo líder do PMDB na Câmara, Michel Temer (SP), é convocar esforço concentrado e incluir nesse prazo sessões extraordinárias — aos



***A Mesa não tomará a iniciativa de modificar os prazos previstos no regimento***

**Luis Eduardo Magalhães**

sábados e domingos ou até duas num mesmo dia. O líder do Governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), revelou que a estratégia inclui ainda a tramitação em bloco das emendas.

A forma de reduzir o tempo de tramitação das propostas, segundo Luis Eduardo, deve ser a articulação política dos líderes que apóiam o Governo. Ele acha que os relatores podem apresentar seus pareceres sobre as emendas sem usar as 40 sessões.

Os prazos previstos são bons para que as questões sejam discutidas, por isso mudanças são desnecessárias — argumen-

tou, acrescentando que a pauta da Câmara está em dia, não sendo obstáculo para que o plenário delibere sobre as reformas.

Terça-feira, com a instalação da Comissão de Constituição e Justiça, começa a contar o prazo para a tramitação das emendas. O presidente da Comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), vai nomear os cinco relatores para as emendas enviadas. Eles terão cinco sessões para dar parecer de admissibilidade. O próximo passo é a tramitação nas comissões especiais, que devem ser nomeadas quarta-feira e que terão 40 sessões para o exame do mérito da matéria.